

# **A IMPORTÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM SUBSTITUIÇÃO A DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS.**

## **RESUMO**

Com a lei nr. 11.638/07 muitas mudanças foram feitas na lei das sociedades por ações no intuito de harmonizar a lei brasileira com a normas contábeis internacionais. Uma destas mudanças foi a substituição da obrigatoriedade da publicação da DOAR pela DFC. Este estudo tem por objetivo demonstrar a importância da DFC nas demonstrações contábeis das empresas instituindo sua obrigatoriedade em substituição a DOAR, bem como os benefícios que ela traz aos usuários. Adotou-se a metodologia do tipo descritiva com enfoque em informações bibliográficas restrita a livros e artigos científicos já publicados e realizou-se um estudo de caso com o Grupo Pão de Açúcar. Nos primeiros capítulos aborda a importância da DFC em substituição a DOAR, e as vantagens e desvantagens que ela possui. Prossegue apresentando-se uma análise sobre os dois demonstrativos da empresa em questão extraindo do balanço as informações obtidas pela DFC e DOAR. E conclui que a DFC traz benefícios aos usuários, pois dá transparência aos relatórios contábeis e atende da melhor maneira o público interessado nas informações contábeis das empresas.

**PALAVRA CHAVE:** Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), Vantagens e Desvantagens.

## **1 - INTRODUÇÃO**

Este artigo ressalta a importância da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) em substituição a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), sendo um assunto de extrema importância uma vez que na nova Lei 11.638/07 sancionada em 28 de dezembro de 2007 consta a substituição da DOAR pela DFC determinando importantes modificações nas práticas contábeis e administrativas das empresas brasileiras em consonância às práticas internacionais.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa nos fornece um resumo dos fluxos de caixa relativos a três importantes aspectos da empresa sendo: atividade operacional, atividade de investimentos e atividade de financiamentos. A DFC permite ao usuário ver como o caixa alterou de um período a outro, quais contas foram responsáveis por esta alteração e qual foi o resultado obtido com cada atividade deste fluxo.

O assunto-problema abordado neste artigo expõe o quanto a Demonstração de Fluxo de Caixa se tornou necessária nas demonstrações financeiras das empresas. Diante deste cenário, este trabalho levanta a seguinte questão: a lei 11.638/07 que tornou obrigatória a DFC em substituição a DOAR trouxe benefícios aos usuários?

Visando demonstrar a importância da elaboração do Fluxo de Caixa e sua necessidade de implantação nas empresas o objetivo geral é demonstrar as principais características da Demonstração de Fluxo de Caixa e sua estruturação tendo como objetivos específicos:

- Identificar as vantagens e desvantagens da Demonstração do Fluxo de Caixa, comparando os métodos diretos e indiretos visando um melhor entendimento das informações a serem explanadas.

- Descrever a estruturação da DFC classificando-as em atividade operacional, investimento e financiamento.
- Mensurar a diferença entre DFC e a DOAR buscando o motivo pelo qual essa Demonstração foi substituída.

A intenção desse estudo é comprovar a fundamental importância do DFC nas demonstrações contábeis apontando as informações necessárias sobre os reais resultados das empresas e sua situação financeira direcionadas ao público.

## **2 - REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo mostra-se a importância da DFC, suas vantagens e desvantagens, os tipos de métodos existentes e uma comparação entre os mesmos, a estruturação da DFC, bem como, mostra ainda uma comparação entre a DFC e a DOAR.

### **2.1 – Importância da Demonstração do Fluxo de Caixa**

A Demonstração do Fluxo de Caixa é um instrumento que possibilita mostrar de forma direta ou indireta as mudanças ocorridas no caixa da empresa, demonstrando as entradas e saídas de dinheiro, ou seja, os reflexos no caixa da empresa. Desde o momento que sai da Demonstração de Resultados até o Balanço Patrimonial.

O objetivo primário da DFC é prover informações relevantes sobre pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos num determinado período. Ela deve seguir orientações do Financial Accounting Standards Board (FASB), órgão normatizador das práticas contábeis americanas e do International Accounting Standards (IASB), órgão que estabelece normas internacionais de contabilidade, as quais vêm sendo progressivamente adotadas por vários países, inclusive no Brasil.

De acordo com a CVM n.º 547 de 13 de agosto de 2008,

A demonstração dos fluxos de caixa, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que habilitam os usuários a avaliar as mudanças nos ativos líquidos de uma entidade, sua estrutura financeira e sua capacidade para alterar os valores e prazos dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e oportunidades. A demonstração dos fluxos de caixa também melhora a comparabilidade dos relatórios de desempenho operacional para diferentes entidades porque reduz os efeitos decorrentes do uso de diferentes tratamentos contábeis para as mesmas transações e eventos.

Para Santos (2005, p. 17), a DFC é um demonstrativo financeiro que demonstra a variação líquida do saldo contábil do caixa e equivalentes ao caixa num período reportado, detalhando os recebimentos e pagamentos que causaram essa variação.

A Demonstração do Fluxo de Caixa aponta a necessidade de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa em operações rentável com a finalidade de buscar a eficácia financeira e administrativa das empresas.

A Demonstração do Fluxo de Caixa demonstra a origem e aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado desse Fluxo, sendo que o caixa engloba as contas caixas e bancos, evidenciando as

entradas e saídas de valores monetários no decorrer das operações que ocorrem ao longo do tempo nas organizações. (IUDÍCIBUS e MARION, 1999, p. 218).

## **2.2 – Vantagens da Demonstração do Fluxo de Caixa**

A DFC evidencia o confronto entre as entradas e saídas de caixa, verificando se haverá sobras ou faltas de dinheiro. Permite à administração da empresa decidir com antecedência se a empresa deve tomar recursos ou aplicá-los, e ainda, avalia e controla ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa e seus reflexos monetários.

“Outras vantagens são a de fornecer informações sobre a situação financeira e a possibilidade de utilização da demonstração de fluxos de caixa por um número muito mais ampliado de usuários”. (AFONSO, 1999, p. 22).

## **2.3 Desvantagens da Demonstração do Fluxo de Caixa**

As dificuldades financeiras nascem do erro entre as entradas e saídas de caixa, que somente podem ser detectadas pelo minucioso estudo de recentes fluxos de caixa, conjugado com uma análise do Capital Circulante Líquido.

Há uma tendência de os usuários da DFC acreditarem que grandes volumes líquidos positivos de caixa das operações são bons, e que pequenos volumes, positivos ou negativos, ou grandes volumes negativos são ruins. Empresas em expansão necessitam de investimentos crescentes em capital circulante, e assim as suas DFCs, apresentando baixo caixa operacional, podem induzir a erros de análise se consideradas de forma isolada.. (LUTOSA, 1997, p.37).

## **2.4 MÉTODOS DE DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Existem dois métodos de elaboração da DFC: Método Direto e Indireto, conforme são conceituados a seguir.

### **2.4.1 Método Direto da Demonstração do Fluxo de Caixa**

O Método Direto consiste em classificar os recebimentos e pagamentos de uma empresa utilizando as partidas dobradas, gerando informação com base em critérios técnicos, eliminando qualquer interferência da legislação fiscal, modelo este que não é o nosso foco de aprendizado.

### **2.4.2 Método Indireto de Demonstração do Fluxo de Caixa**

No Modelo Indireto, as variações no caixa decorrente da atividade operacional são identificadas pelas mudanças no capital de giro da empresa.

Nesta mesma linha Marion (2003, p. 156), considera que o Método Indireto mostra quais foram as alterações no giro (Ativo Circulante e Passivo Circulante) que provocaram aumento ou diminuição no Caixa, sem explicitar diretamente as entradas e saídas de dinheiro.

É importante verificar que a apresentação da DFC pelo Método Indireto evidencia os ajustes ao lucro líquido, proveniente da Demonstração de Resultado do Exercício, assemelhando-se, assim, a DOAR.

Segue abaixo o formato padrão de DFC pelo Método Indireto:

<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>
Lucro líquido
Depreciação
Perda cambial
Renda de investimentos
Despesas de juros
Aumento nas contas a receber de clientes e outros
Diminuição nos estoques
Diminuição nas contas a pagar – fornecedores
Caixa proveniente das operações
Juros pagos
Imposto de renda e contribuição social pagos
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos
<b><u>Caixa líquido (consumido/gerado) nas atividades operacionais</u></b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>
Aquisição de ativo permanente
Recebimento pela venda de imobilizado
Juros recebidos
Dividendos recebidos
<b><u>Caixa líquido (consumido/gerado) nas atividades de investimento</u></b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>
Novos Empréstimos
Amortização de Empréstimos
Aumento de capital
Dividendos pagos
<b><u>Caixa líquido (consumido/gerado) nas atividades de financiamento</u></b>
<b>Aumento/Diminuição de disponibilidades</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do período</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no fim do período</b>

Fonte: Adaptado de CVM n.º 547 18/08/2008.

### 2.4.3 – Comparações entre o Método Direto e o Indireto

Na comparação entre os dois métodos é interessante frisar as vantagens e desvantagens existentes em cada uma delas. De acordo com Campos Filho (1999, p. 48) a comparação entre os dois métodos deve exceder aos aspectos técnicos:

Método Indireto – Vantagens

- Apresenta baixo custo. Basta utilizar dois balanços patrimoniais (o do início e o do final do período), a demonstração de resultados e algumas informações adicionais obtidas na contabilidade.
- Concilia lucro contábil com fluxo de caixa operacional líquido, mostrando como se compõe a diferença.

#### Método Indireto - Desvantagens

- O tempo necessário para gerar as informações pelo regime de competência e só depois convertê-las para o regime de caixa. Se isso for feito uma vez por ano, por exemplo, podemos ter surpresas desagradáveis e tardiamente.
- Se há interferência da legislação fiscal na contabilidade oficial, e geralmente há, o método indireto irá eliminar somente parte dessas distorções.

#### Método Direto – Vantagens

- Cria condições favoráveis para que a classificação dos recebimentos e pagamentos siga critérios técnicos e não fiscais.
- Permite que a cultura de administrar pelo caixa seja introduzida mais rapidamente nas empresas.
- As informações de caixa podem estar disponíveis diariamente.

#### Método Direto – Desvantagens

- O custo adicional para classificar os recebimentos e pagamentos.
- A falta de experiência dos profissionais das áreas contábil e financeira em usar as partidas dobradas para classificar os recebimentos e pagamentos.

## **2.5 – ESTRUTURAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MODELO INDIRETO**

Segundo o Comitê de Pronunciamento Contábil n.º 03 (2008, p.5), a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Nas atividades operacionais o caixa é gerado pela venda de bens e serviços, tendo como subtração as despesas operacionais, impostos, participações etc. são as transações ligadas ao objeto social da empresa.

Nas atividades de financiamento, as empresas obtêm caixa através de financiamentos e aporte de capitais. As amortizações de financiamentos e o pagamento de dividendos aparecem neste item: a captação de recursos e a amortização dos recursos captados.

Nas atividades de investimentos, as aquisições de ativos permanentes bem como a venda destes devem ser destacadas. As participações em outras empresas também entram.

Vejamos abaixo as classificações das atividades em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade (Técnica) NBC T 3-8 (2008, p.4):

**Atividades operacionais** – são as principais atividades relacionadas à Demonstração do Resultado do Exercício e engloba as atividades ligadas à produção e à entrega de bens e serviços.

- Recebimentos:

- a) depreciação;
- b) resultado na venda do imobilizado;
- c) duplicatas a receber;
- d) estoques;

- Pagamentos:

- a) fornecedores de bens e serviços;
- b) empregados e encargos sociais;
- c) tributos.

**Atividades de investimentos** – é a aquisição e venda de ativos de longo prazo e outros investimentos que representam gastos destinados a gerar receitas futuras e fluxos de caixa e que não estão incluídos nos equivalentes de caixa. Também não compreendem a aquisição de ativos com o objetivo de revenda.

- Recebimentos:

- a) venda de ativos permanentes;
- b) venda de ativos de longo prazo;
- c) venda de ações ou participações societárias;
- d) instrumentos financeiros derivativos relacionados a investimentos.

- Pagamentos:

Aqueles efetuados para aquisição de ativo permanente.

**Atividades de financiamentos** – são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e empréstimos a pagar da entidade, que representam exigências impostas a futuros fluxos de caixa pelos fornecedores de capital à entidade.

- Recebimentos:

- a) integralização de capital;
- b) colocação de títulos a longo prazo (debêntures e equivalentes);
- c) obtenção de empréstimos.

- Pagamentos:

- a) acionistas ou cotistas por lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio;
- b) acionistas ou cotistas por reembolso de capital;
- c) bancos e outras instituições financeiras em decorrência de empréstimos tomados.

## **2.6 - COMPARAÇÃO ENTRE A DOAR E A DFC**

De acordo com Norma Brasileira de Contabilidade (Técnica) 3-6 (1990, p.1) a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos é a demonstração destinada a evidenciar, em um determinado período, as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da entidade. Dessa forma, a DOAR, como seu próprio nome diz, tem por objetivo apresentar informações relacionadas a financiamentos (origens de recursos) e investimentos (aplicações de recursos) da empresa durante o exercício, onde, estes recursos são os que afetam o capital circulante líquido (CCL) da empresa.

As origens de recursos caracterizam-se por serem as operações que aumentam o CCL, como obtenção de recursos através de financiamento a longo prazo, aumento do capital, ou venda de itens do Ativo Permanente e do Realizável a Longo Prazo.

As aplicações de recursos decorrem de operações com o não-circulante, como a aquisição de bens ou direitos que venham a integrar o Ativo Permanente ou o Realizável a Longo Prazo, bem como distribuição de dividendos ou a redução do Passivo Exigível a Longo Prazo.

A DOAR possibilita um melhor conhecimento da política de investimento e de financiamento da empresa além de ser mais abrangente que o fluxo de caixa por representar completamente as mudanças na posição financeira e possuir capacidade analítica de longo prazo.

A diferença fundamental entre a DOAR e a DFC é que a DOAR é elaborada com base no conceito de capital circulante líquido, dentro do regime de competência, (disponibilidade de médio prazo da empresa), e a DFC baseia-se no conceito de disponibilidade imediata, dentro do regime de caixa (recebimentos/pagamentos). (PADOVEZE, 1997, p. 66).

A DOAR possui determinadas relações com a DFC, porém é muito mais rica em informações. A DOAR é mais analítica, mostra a posição financeira da empresa, suas tendências futuras e tem característica de médio e longo prazo. Já a DFC propicia informações concretas, se houve ou haverá dinheiro, quanto se deve tomar de empréstimos e tendo características de curto prazo.

Enquanto a DFC compreende o movimento de fluxo de dinheiro, a DOAR volta-se para a movimentação havida nos recursos e aplicações permanentes, ou de longo prazo e, como consequência disto, o impacto na situação financeira, espelhada pela variação do CCL.

## **2.7 – A OBRIGATORIEDADE DA DFC**

Em 28 de dezembro de 2007, foi publicada a Lei nº 11.638/07 que altera vários artigos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Estas alterações, segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2007) têm o propósito de adequar a Lei nº 6.404/76, no que diz respeito à matéria contábil à nova realidade econômica brasileira, tendo em vista a globalização dos mercados e a evolução dos princípios fundamentais contábeis.

As mudanças têm o principal objetivo de criar condições para harmonizar as práticas contábeis aplicadas no Brasil e suas demonstrações contábeis correspondentes com as práticas e demonstrações exigidas nos principais mercados financeiros do mundo. Esta padronização torna as empresas nacionais mais competitivas, pois facilita a análise feita pelos investidores estrangeiros interessados em aplicar recursos em nosso país.

Com a nova lei, torna-se obrigatória a apresentação da DFC em companhias abertas e fechadas com patrimônio líquido, na data de balanço, superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), em substituição à DOAR.

Tais mudanças mostram uma tendência mundial de dar transparência aos relatórios contábeis, pois, apesar da DOAR ser uma demonstração mais completa quanto ao volume de informações, apresenta estrutura e conceitos de difícil entendimento a não contabilistas, enquanto a Demonstração de Fluxo de Caixa atende de melhor maneira o público interessado nas informações contábeis das empresas.

### **3 - METODOLOGIA**

Inicialmente a metodologia empregada nesse artigo é descritiva e o procedimento técnico ocorreu a partir de coletas de dados em informações bibliográficas restrita a livros, artigos e internet, e desenvolvida a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Quanto à forma de exposição do problema esta pesquisa foi elaborada de forma qualitativa devido à interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados não requerendo o uso de métodos e técnicas estatísticas verificando assim a abordagem de diversos autores de forma a desenvolver a parte teórica sobre o tema.

Posteriormente desenvolveu-se uma pesquisa exploratória visando proporcionar maior familiaridade com o problema objetivando torná-lo explícito envolvendo as pesquisas bibliográficas e a análise de exemplos como o estudo de caso apresentado.

Os dados obtidos foram analisados, de forma que se possa interpretar e explicar os resultados, utilizando como base o referencial teórico.

Para a obtenção das demonstrações contábeis, realizou-se uma pesquisa na internet nas páginas da empresa analisada limitando-se as demonstrações relativas ao exercício findo em 31.12.2007, uma vez que visa a analisar os dados informativos de cada item das demonstrações do DFC e da DOAR sem fins estatísticos dos dados.

De posse dessas demonstrações, foi feita uma comparação entre a DFC e a DOAR para obter a real necessidade da substituição da DOAR pela DFC.

Nessa análise observou-se a estruturação dos fluxos de caixa gerados e consumidos nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento, permitindo aos usuários ver as alterações do caixa em diversos períodos, quais contas foram responsáveis por essas alterações e qual foi o resultado obtido com cada atividade deste fluxo. Considera-se ainda as características da DFC quanto a vantagens, desvantagens, e o método indireto como ferramenta essencial para análise da empresa pesquisada.

### **4 - RESULTADOS E ANÁLISES DE RESULTADOS**

Neste capítulo demonstram-se as análises e os resultados obtidos aplicando as comparações entre as demonstrações financeiras DOAR e DFC até aqui relatadas. Utilizou-se das demonstrações contábeis da Companhia Brasileira de Distribuição mais conhecida pelo nome fantasia Grupo Pão de Açúcar (GPA), demonstrações extraídas do site da própria companhia na data de 20 de outubro de 2008.



Vale ressaltar que foram analisados apenas os dados financeiros da empresa consolidada, por se entender que as demonstrações consolidadas eliminam as participações de uma sociedade em outra, os saldos de quaisquer contas entre elas, as parcelas dos resultados do exercício, do custo do estoque ou do ativo permanente que correspondem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.

Com os dados obtidos na DOAR de 2007 ( Anexo I) foi elaborado o quadro I abaixo:

**Quadro I – Resumo de dados da DOAR**

<b>RESUMO DA DOAR – 2007 (em milhares de reais)</b>	
ORIGENS	2.103.493
OPERAÇÕES	759.214
FINANCIAMENTOS PROPRIOS	9.071
FINANCIAMENTOS DE TERCEIROS	1.335.208
TOTAL ATIVO CIRCULANTE (AC)	2.103.493
APLICAÇÕES	2.501.582
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE (PC)	2.501.582
VARIAÇÃO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO – CCL= (AC-PC)	(398.089)

**Fonte: Adaptado de Grupo Pão de Açúcar (2008).**

Pode-se notar que no quadro I os financiamentos próprios e de terceiros originam os recursos do GPA num montante de R\$ 1.344 milhões e que as operações somam R\$ 759 milhões integrando a parte dos ativos circulantes totalizados em R\$ 2.103 milhões. O GPA possui investimentos de R\$ 2.501 milhões totalizados no seu passivo circulante que, variando com os ativos circulantes representam o capital de giro líquido que a empresa possui.

Vale ressaltar que esses recursos demonstrados não são fáceis de serem compreendidos, pois falta um detalhamento considerado necessário para melhor entendimento dos usuários. Logo a DOAR não especificam quais desses financiamentos e investimentos a empresa tem e também não possibilita avaliar adequadamente a liquidez de curto prazo da empresa pelo fato de ser de difícil interpretação.

A diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante representa os recursos financeiros à disposição da sociedade, que serão utilizados para atender as operações do próximo exercício, portanto neste caso demonstra que a empresa tem mais aplicações do que origem de recursos, possuindo assim uma variação negativa do CCL de R\$ 398 milhões.

A preocupação principal da DOAR é evidenciar os itens que alteram o CCL, portanto não apontam os itens que se modificam dentro do próprio Ativo ou Passivo Circulantes, pois estes itens não provocam modificações no Capital Circulante Líquido.

No intuito de se comparar as informações obtidas na DOAR tem-se os dados da DFC (Anexo II) os quais possibilitam a elaboração do quadro 2 abaixo.

**Quadro II – Resumo de dados da DFC**

<b>RESUMO DA DFC – 2007 (em milhares de reais)</b>	
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	562.433
CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.319.011)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	539.199
DIMINUIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(217.379)
DISPONIBILIDADES NO FIM DO EXERCÍCIO	1.064.132
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.281.511
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(217.379)

**Fonte: Adaptado de Grupo Pão de Açúcar (2008).**

No quadro II nota-se que as informações demonstradas da DFC apresentada pelo GPA conseguem-se identificar que nas atividades operacionais gerou-se um caixa de R\$ 562 milhões. Foi verificado o consumo de R\$ 1.319 milhões em investimentos, e as atividades de financiamento originaram R\$ 539 milhões, indicando o que ocorreu no período em relação às saídas e entradas de dinheiro no Caixa. O resultado desse fluxo foi a diminuição das disponibilidades, ou seja, caixa, bancos e aplicações de até 90 dias, de R\$ 217 milhões.

A DFC é de fácil entendimento para os usuários, pois para ser apresentada depende apenas de informações dos Balanços Patrimoniais (o do início e do final do período), e da Demonstração de Resultados possibilitando mostrar as mudanças ocorridas no caixa da empresa desde o momento que sai da DRE até o Balanço Patrimonial.

Através das informações da DFC é possível evidenciar o confronto do fluxo de caixa, permitindo à administração da empresa decidir com antecedência se a empresa deve tomar recursos ou aplicá-los, e ainda, avalia e controla ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa e seus reflexos monetários.

Com estas informações é possível obter as razões das diferenças observadas entre o lucro líquido e o caixa gerado pelo lucro líquido, avaliando o impacto que os investimentos e os financiamentos tiveram sobre a posição financeira da empresa no período considerado.

**Quadro III – Comparação de dados da DFC x DOAR**

<b>RESUMO DA DOAR E DFC – 2007 ( em milhares de reais)</b>				
ORIGENS	DOAR		DFC	
	OPERAÇÕES.	759.214	OPERACIONAL	562.433
APLICAÇÕES	FINANCIAMENTOS	1.344.279	FINANCIAMENTOS	539.199
	INVESTIMENTOS	(2.501.582)	INVESTIMENTOS	(1.319.011)
	Variação Negativa do CCL	(398.089)	Diminuição das Disponibilidades	(217.379)

**Fonte: Adaptado do Grupo Pão de Açúcar (2008).**

O quadro III demonstra uma visão comparativa entre os resultados obtidos da DFC e da DOAR do GPA no ano de 2007.

A diferença fundamental entre a DOAR e a DFC é que a DOAR elaborada com base no conceito de capital circulante líquido, dentro do regime de competência teve uma variação negativa de R\$ 398 milhões, e a DFC com conceito de disponibilidade imediata, dentro do regime de caixa teve uma diminuição das disponibilidades de R\$ 217 milhões..

Portanto no término do período de 2007, o que realmente se tem em caixa líquido na empresa GPA são as informações contidas na DFC em que houve diminuição de R\$ 217 milhões das disponibilidades da empresa. Evidenciando assim a necessidade ou não de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa em operações rentáveis com a finalidade de buscar a eficácia financeira e administrativa da empresa em questão.

## **5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo foram demonstrados todos os aspectos relevantes sobre a DFC em substituição a DOAR para que fosse justificada sua importância nas demonstrações contábeis das empresas para comprovar a real necessidade dessa alteração.

A DFC vem em substituição a DOAR para criar condições favoráveis às empresas brasileiras visando conciliar as práticas contábeis aplicadas aqui no Brasil com os principais mercados financeiros do mundo.

Diante do problema levantado para análise ocasionou-se a questão sobre os benefícios tragos por essa substituição onde esta padronização torna as empresas brasileiras mais competitivas no mercado financeiro, devido à facilidade que os investidores estrangeiros têm em obter as informações relevantes sobre a situação financeira da empresa e a mesma traz uma informação mais fácil para análise.

Os objetivos propostos demonstram a necessidade de implantação da DFC nas empresas e identificam as vantagens e desvantagens da DFC, exemplificando o método indireto de elaboração evidenciando assim, sua influência na tomada de decisão, para que não ocorram erros de análise se analisar as informações contábeis isoladamente.

O fato é que a estruturação dos fluxos de caixa da DFC permite aos usuários analisar as mudanças ocorridas no caixa da empresa demonstrando as atividades operacional, de financiamento e de investimento que geraram (ou consumiram) esse fluxo de dinheiro.

Comparando a DFC com a DOAR verifica-se que a diferença entre elas está no fato de que a DOAR é elaborada com base no regime de competência considerando o capital circulante líquido. Já a DFC baseia-se no regime de caixa levando em consideração a disponibilidade imediata do caixa.

Observa-se no estudo feito, que a DFC proporciona informações muito importantes para que os usuários avaliem a estrutura financeira da empresa. E comparada a outros relatórios contábeis tem se visto o seu diferencial nos relatórios de desempenho operacional, uma vez que reduz os efeitos decorrentes do uso de diferentes tratamentos contábeis para as mesmas transações.

Portanto, é imprescindível a elaboração e divulgação financeira da Demonstração do Fluxo de Caixa das empresas por ser um instrumento que o gestor e o analista de mercado têm ao seu alcance para junto às demais demonstrações contábeis possam tomar suas decisões com maior segurança.

## 6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AFONSO, Roberto Alexandre Elias. **A Capacidade informativa da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, n.117, p.20-32, maio/jun. 1999.

CAMPOS FILHO, Aldemar. **Demonstração dos Fluxos de Caixa: uma ferramenta indispensável para administrar sua empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.

**CFC – Conselho Federal de Contabilidade**. Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica 03. Disponível em: <[www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br)> Acesso em : 06 de outubro de 2008.

**CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. Pronunciamento Técnico 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 29 de setembro de 2008.

**CVM - Comissão de Valores Mobiliários**. Deliberação n.º 547 Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 03 de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Demonstração do Fluxo de Caixa. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 18 de agosto 2008.

**Grupo Pão de Açúcar – Relações com Investidores**. Demonstrações Financeiras Padronizadas. Disponível em: <[www.gpa-ri.com.br/port/download/DFP/dfp\\_2007.pdf](http://www.gpa-ri.com.br/port/download/DFP/dfp_2007.pdf)>. Acesso em: 20 de setembro de 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

**Lei Federal nº11. 638, de 28 de dezembro de 2007**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 de agosto 2008.

LUTOSA, Paulo Roberto Barbosa. **DOAR – Uma morte anunciada**. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI. Caderno de Estudos. São Paulo, v.9, n.16, p.26-38, jul./dez. 1997.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, Cosme dos. **Guia Prático para elaboração do demonstrativo dos fluxos de caixa – DFC**. Curitiba: Juruá, 2005.

## ANEXOS

### I. DOAR – Grupo Pão de Açúcar 2007

1-CÓDIGO CVM	2-DENOMINAÇÃO SOCIAL	3-CNPJ
01482-6	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	47.508.411/0001-56

#### 08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3-01/01/2007 a 31/12/2007	4-01/01/2006 a 31/12/2006	5-01/01/2005 a 31/12/2005
4.01	Origens	2.103.493	1.047.838	3.019.094
4.01.01	Das Operações	759.214	976.431	2.257.156
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	210.878	85.524	256.990
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	548.336	890.907	2.000.166
4.01.01.02.01	Depreciação e Amortização	550.696	547.943	625.281
4.01.01.02.02	Imposto de Renda Diferido	-188.864	63.202	-19.660
4.01.01.02.03	Vlr.Residual de Ativos Perm. Baixados	11.062	84.014	1.022.612
4.01.01.02.04	Juros e Var.Monet. de Itens Longo Prazo	82.747	184.093	417.519
4.01.01.02.05	Equivalência Patrimonial	28.923	53.197	16.190
4.01.01.02.06	Provisão para Contingências	71.103	94.010	51.855
4.01.01.02.07	Realização de Ganho Diferido	0	-58.151	-49.447
4.01.01.02.08	Participação Minoritária	-9.536	-358.972	-64.184
4.01.01.02.09	Provisão para baixas e perdas do imob.	2.205	12.685	0
4.01.01.02.10	Provisão para amortização do ágio	0	268.886	0
4.01.02	Dos Acionistas	9.071	7.249	6.445
4.01.02.01	Aumento de Capital	9.071	7.212	6.445
4.01.02.05	Aumento da reserva especial de ágio	0	37	0
4.01.03	De Terceiros	1.335.208	64.158	755.493
4.01.03.01	Financiamentos	1.335.208	6.400	642.389
4.01.03.02	Redução de outros Ativos não Circulantes	0	57.758	113.104
4.01.03.03	Efeito no CCL por aporte de minoritários	12.000	0	0
4.02	Aplicações	2.501.582	2.128.428	1.925.576
4.02.01	Em Dividendos Distribuídos e Propostos	50.084	20.312	62.053
4.02.02	No Realizável a Longo Prazo	127.077	0	235.775
4.02.03	No Ativo Permanente Imobilizado	980.626	854.295	888.518
4.02.04	No Ativo Permanente Investimentos	285.329	70.444	0
4.02.05	No Ativo Permanente Diferido	16.503	28.640	64.295
4.02.06	Por Transferência p/Passivo Circulante	1.033.697	1.151.050	643.137
4.02.07	No Ativo Permanente Intangível	8.266	3.687	31.798
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	-398.089	-1.080.590	1.093.518
4.04	Variação do Ativo Circulante	130.716	173.888	414.528
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Período	4.878.416	4.704.528	4.290.000
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Período	5.009.132	4.878.416	4.704.528
4.05	Variação do Passivo Circulante	528.805	1.254.478	-678.990
4.05.01	Passivo Circulante no Início do Período	3.823.909	2.569.431	3.248.421
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Período	4.352.714	3.823.909	2.569.431

## II. DFC – GRUPO PÃO DE AÇÚCAR 2007

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

		CONTROLADORA		CONSOLIDADA	
	NOTA	2007	2006	2007	2006
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro líquido do exercício	17	210.878	85.524	210.878	85.524
Ajuste para reconciliação do lucro líquido					
Imposto de renda diferido	17	34.185	-38.652	-38.316	-90.729
Valor residual de ativos permanentes baixados		10.116	30.796	10.978	70.223
Ganhos líquidos por diluição societária		0	-58.151	0	-58.151
Depreciação e amortização		430.979	399.922	550.696	547.943
Juros e variações monetária, líquidos dos pagos		-101.202	136.138	9.518	375.519
Equivalência patrimonial	9	-64.824	-27.436	28.923	53.197
Provisão para contingência	16	50.255	89.562	71.103	94.010
Provisão para baixas e perdas do imobilizado		1.860	6.535	2.205	12.685
Provisão para amortização de ágio		0	0	0	268.886
Participação minoritária		0	0	-9.536	-358.972
		<b>572.247</b>	<b>624.238</b>	<b>836.449</b>	<b>1.000.135</b>
<b>(Acréscimo) decréscimo de ativos</b>					
Contas a receber		-137.654	-90.449	-211.916	-226.079
Adiantamento a fornecedores e funcionários		0	4.182	0	3.755
Estoques		-210.057	-104.040	-215.623	-116.677
Impostos a recuperar		16.248	24.098	-19.291	13.065
Outros ativos		-38.496	2.614	-35.030	-14.794
Partes relacionadas		246.134	185.478	-2.510	-39.079
Depósitos judiciais		-9.315	11.232	-24.844	5.159
		<b>-133.140</b>	<b>33.115</b>	<b>-509.214</b>	<b>-374.650</b>
<b>Acréscimo (decréscimo) de passivos</b>					
Fornecedores		112.977	353.747	236.672	373.034
Salários e encargos sociais		-10.019	17.372	-6.910	15.371
Impostos e contribuições sociais a recolher		2.507	-152.232	5.853	-165.468
Demais contas a pagar		-13.177	55.673	-417	89.133
		<b>92.288</b>	<b>274.560</b>	<b>235.198</b>	<b>312.070</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>					
		<b>531.395</b>	<b>931.913</b>	<b>562.433</b>	<b>937.555</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Caixa líquido em incorporação de controladas		20	1.090	20	0
Recebimento de amortização de quotas do PAFIDC		134.156	28.509	0	0
Aquisição de empresas		0	-1.732	-224.777	-4.107
Adições em investimento		-208.136	0	-60.553	-70.445
Aquisição de bens do ativo imobilizado		-937.775	-756.649	-1.009.017	-827.665
Acréscimo do ativo intangível	11	-500	-3.807	-8.266	-1.322
Acréscimo do ativo diferido	12	-16.387	-28.512	-16.503	-28.640
Venda de bens do imobilizado		85	13.790	85	13.791
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>-1.028.537</b>	<b>-747.311</b>	<b>-1.319.011</b>	<b>-918.388</b>

**Fluxo de caixa das atividades de financiamentos**

Aumento de capital	18	9.071	7.212	9.071	7.212
Efeito nas disponibilidades consolidados por aporte de capital		0	0	12.000	0
Aumento da reserva de capital		0	37	0	37
Financiamentos		0	0	0	0
Captações e refinanciamentos		1.806.676	81.967	2.455.859	199.549
Pagamentos		-1.076.415	-413.743	-1.917.419	-593.238
Pagamentos de dividendos	18	-20.312	-62.053	-20.312	-62.053

**Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas)**

<b>atividades de financiamento</b>		<b>719.020</b>	<b>-386.580</b>	<b>539.199</b>	<b>-448.493</b>
------------------------------------	--	----------------	-----------------	----------------	-----------------

**Acréscimo (decrécimo) líquido no caixa**

<b>bancos e aplicações financeiras</b>		<b>221.878</b>	<b>-201.978</b>	<b>-217.379</b>	<b>-429.326</b>
--	--	----------------	-----------------	-----------------	-----------------

Caixa, bancos e aplicações financeiras no fim do exercício		750.532	528.654	1.064.132	1.281.511
Caixa, bancos e aplicações financeiras no início do exercício		528.654	730.632	1.281.511	1.710.837
<b>Variação no caixa, bancos e aplicações financeiras</b>		<b>221.878</b>	<b>-201.978</b>	<b>-217.379</b>	<b>-429.326</b>

**Informações suplementares de fluxo de caixa**

Juros pagos de empréstimos e financiamentos		285.165	112.018	490.383	113.568
---	--	---------	---------	---------	---------